

Sindsep/MA volta à normalidade das suas atividades laborais



O Sindsep/MA voltará à normalidade de suas atividades laborais a partir de segunda-feira, 26, funcionando de 08 às 12h, e de 14 às 18h. \\

O retorno segue as novas medidas de flexibilização apresentadas pelo Governo do Maranhão através de decreto válido até o dia 30 de julho.

Conforme o decreto a flexibilização engloba: Cinema e teatro: liberados; evento com até 200 pessoas em ambientes fechados; evento com até 400 pessoas em ambientes abertos e ventilados; administração pública estadual: 100% da capacidade; Igrejas: liberados; grupo de risco vacinado pode retornar ao trabalho após 30 dias; comércio, indústria, bares, restaurantes, shoppings, academias e supermercados: sem restrição de horários, com regras sanitárias.

“A partir do dia 26, voltaremos a funcionar dentro da normalidade do nosso horário, algo só possível através da observação criteriosa da Direção, que de acordo com os argumentos apresentados pelo Governo do Maranhão, entendeu ser possível, com todas as medidas sanitárias de segurança, voltar à normalidade, ou ao novo normal”, comentou João Carlos Lima Martins, diretor de Administração, Patrimônio e Finanças do Sindsep/MA.

Segundo o Governo do Maranhão, dos 217 municípios do Maranhão, 145 estão com alta produtividade na vacinação. Apenas 72 cidades estão no

patamar mais baixo de imunização e, por conta disso, não receberão as novas doses.

Depois de longos 8 meses, o estado registrou novamente queda no número de casos ativos de Covid-19.

Na última segunda-feira (19), o Maranhão tinha um total de 34.687 registros. No domingo (18) eram 34.759.

“Todas as medidas sanitárias serão obedecidas. Vale lembrar que o Sindsep/MA nunca parou, apenas funcionou em horário reduzido, e agora iremos voltar ao horário normal. Precisamos manter as lembranças dos nossos amigos que partiram, pessoas que ajudaram a construir esse sindicato e que não conseguiram vencer a Covid-19. A manutenção do sindicato na batalha da salvaguarda dos direitos trabalhista e na busca por uma sociedade melhor é a forma de homenagearmos quem partiu”, enfatizou Raimundo Pereira, presidente do Sindsep/MA.



Mais de 200 atos “Fora Bolsonaro” foram confirmados no Brasil e mundo

Já tem mais de 200 atos pelo “Fora, Bolsonaro” marcados para o próximo sábado (24) em 23 capitais, no Distrito Federal, em cidades do interior do Brasil e também de países como Alemanha, Estados Unidos, Portugal, França e Canadá. Confira abaixo onde tem atos e participe.

Com 54% dos brasileiros a favor da abertura do processo de impeachment de Jair Bolsonaro (ex-PSL), segundo o Datafolha, que também revelou que a população considera o presidente desonesto, falso, despreparado e pouco inteligente, os atos pela destituição de Bolsonaro continuam sendo confirmados e vão crescer ainda mais.

A pauta do dia nacional de mobilização, além do impeachment já, é também contra o desemprego e a fome; pelo auxílio de R\$ 600 até o fim da pandemia; vacina já para todos e todas e contra a reforma Administrativa e as privatizações.

Preserva a vida

A CUT orienta a todos que participarem dos atos a usarem máscaras, levar e usar álcool em gel, manter distanciamento, evitar aglomerações, e seguir os protocolos sanitários, como fez a imensa maioria nas manifestações anteriores.

Fonte: CUT

Governo Bolsonaro acaba de vez com política de valorização do salário mínimo

A proposta do governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) para o salário mínimo dos próximos três anos acaba de vez com a política de valorização do piso nacional, construída no início da década passada após mobilização das centrais sindicais, em uma série de marchas para Brasília. Neste 2021, o piso nacional já ficou abaixo da inflação, com reajuste de 5,26%, para R\$ 1.100, enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior foi de 5,45%.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada pelo Congresso Nacional na semana passada, estabelece o valor de R\$ 1.147 para o salário mínimo para 2022. O reajuste de 4,3% sobre o valor atual é mais de duas vezes menor do que o INPC acumulado em 12 meses, que está em 9,22%. Mas esse percentual ainda será atualizado até 1º de janeiro do ano

que vem, quando o novo mínimo passa a valer.

Já para 2023, foi estabelecido valor de R\$ 1.188, o que representa correção de 3,6%. Por fim, para o ano seguinte, o salário mínimo passaria a valer R\$ 1.229, aumento de 3,4%.

Quase 80% de ganho real

Em 2003, primeiro ano do governo Lula, o piso nacional teve reajuste de 20%, enquanto a inflação foi de 18,54%. No ano seguinte, quando o INPC caiu para 7,06%, o aumento foi de 8,33%. Essa política continuou nos anos seguintes. Leis (12.382, de 2011, e 13.152, de 2015) fixaram a regra de correção, que previa aumento pelo INPC do ano anterior mais ganho real correspondente à variação do PIB de dois anos antes.

Assim, em todo esse período, até 2021, o salário mínimo teve correção acumulada de 450%, para um INPC de 208%,

resultando em aumento real de aproximadamente 78,5%. No entanto, nos seis últimos anos o piso não só não teve ganho real como ficou abaixo do INPC.

Poder de compra cai

A pesquisa do Dieese que acompanha a relação entre salário mínimo e cesta básica mostra perda do poder de compra. De 2009 a 2019, com exceção de apenas um ano, o piso comprava o equivalente a pouco mais de duas cestas básicas, considerados valores de São Paulo. Em janeiro, essa proporção caiu para 1,6.

Segundo o Dieese, 50 milhões de pessoas têm rendimento referenciado no salário mínimo. Apenas o aumento deste ano representou R\$ 38,2 bilhões de incremento de renda na economia, com alta de R\$ 20,6 bilhões na arrecadação tributária.

Fonte: Rede Brasil Atual

